



# CONCURSO PÚBLICO 2004

Universidade Federal do Rio de Janeiro

## CONTADOR

### INSTRUÇÕES GERAIS

- É responsabilidade do candidato certificar-se de que o “Cargo para o qual concorre” informado no **cartão de respostas** corresponde ao “Cargo” informado nesta **prova**.
- O candidato receberá do fiscal:
- Um **caderno de questões** contendo 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha;
- Um **cartão de respostas** personalizado para a Prova Objetiva;
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a Prova Objetiva. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do **cartão de respostas** (Prova Objetiva).
- **Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas** (Edital 6.2.4 alínea d).
- Ao candidato somente será permitido levar seu **caderno de questões** faltando uma hora para o término da prova (Edital 6.2.4 alínea c).
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** e retirar-se da sala de prova (Edital 6.2.4 alínea b).
- Após o término da prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado**.
- Os três últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos (Edital 6.2.4 alínea f).
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

### INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no cartão de respostas. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata da Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no cartão de respostas a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O cartão de respostas NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão de respostas é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



**Atenção:** Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do cartão de respostas pela leitora ótica.

### CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Data	Local
Divulgação dos gabaritos	28/09	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra os gabaritos	29 e 30/09	NCE/UFRJ
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os gabaritos e resultado preliminar das Provas Objetivas	8/10	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra o resultado preliminar das Provas Objetivas	14 e 15/10	NCE/UFRJ
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra o resultado preliminar das Provas Objetivas e resultado final das Provas Objetivas	19/10	www.nce.ufrj.br/concursos
Divulgação/Publicação do resultado final	18/11	www.nce.ufrj.br/concursos e D.O.U.

Cronograma completo no endereço eletrônico [www.nce.ufrj.br/concursos](http://www.nce.ufrj.br/concursos)

# LÍNGUA PORTUGUESA

Todas as questões desta prova são baseadas em ocorrências cotidianas de uso da linguagem e tentam avaliar sua competência de entendimento e de desempenho em língua escrita.

1 - Uma manchete do jornal *O Dia*, de 7 de agosto de 2004, dizia:  
**Padrasto engravida e mata enteada**

Uma melhor redação para essa mesma frase é:

- a) Padrasto engravida enteada e a mata;
- b) Padrasto mata e engravida enteada;
- c) Padrasto mata enteada e a engravida;
- d) Padrasto engravida enteada e mata a enteada;
- e) Padrasto mata enteada e engravida enteada.

2 - Uma camionete de uma determinada empresa trazia escrito em sua carroceria a seguinte frase: "Este carro é provido de **tacômetro**". A finalidade de um veículo ser provido desse aparelho seria:

- a) controlar a quantidade de carga;
- b) medir a refrigeração da cabine;
- c) avaliar o estado dos pneus;
- d) conhecer a velocidade do veículo;
- e) registrar a presença de radares.

3 - Numa notícia trágica, um jornal carioca mostrava uma cabeça carbonizada deixada numa das estações do metrô e abaixo da foto os seguintes dizeres: **uma cabeça decapitada era alvo da curiosidade dos passageiros do metrô**. Nessa frase há uma inadequação lógica, pois:

- a) ninguém tem curiosidade por coisas mórbidas;
- b) a expressão "alvo da curiosidade" só se aplica a coisas boas;
- c) o metrô não tem "passageiros", mas "freqüentadores";
- d) o adjetivo "decapitado" não se aplica à cabeça, mas ao corpo;
- e) o adjetivo "decapitada" deveria ser substituído por "degolada".

4 - Na beira de uma estrada havia uma placa com as seguintes palavras:

**VENDE-SE OVOS FRESCOS DE GALINHAS**

Dessa placa pode-se dizer que:

- a) há necessidade absoluta de especificar-se que os ovos são de galinhas;
- b) apresenta um erro de concordância, segundo a norma culta;
- c) o adjetivo "frescos" se refere à temperatura dos ovos;
- d) não revela o essencial: o preço;
- e) o verbo "vender" afasta os fregueses, em lugar de atraí-los.

5 - Numa livraria estava exposto um "Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa"; esse dicionário tem como finalidade informar:

- a) todos os significados das palavras;
- b) a grafia correta de todos os vocábulos portugueses;
- c) os novos vocábulos criados no âmbito da Língua Portuguesa;
- d) o significado original das palavras de Língua Portuguesa;
- e) o valor lógico das palavras portuguesas.

6 - Uma famosa manchete de jornal dizia: "Cachorro fez mal a moça", onde há uma cômica ambigüidade. A frase abaixo que NÃO apresenta ambigüidade é:

- a) o funcionário encontrou o chefe no dia de seu aniversário;
- b) João e Maria casaram-se neste fim de semana;
- c) Pedro viu José correndo pela rua;
- d) o chefe deixou de importar-se com seu funcionário;
- e) o grupo entrou na casa com os turistas.

7 - O item em que todas as vírgulas da frase de Caetano Veloso estão colocadas de forma mais adequada é:

- a) Eu dizia, sobre os arranha-céus de Nova York, que, olhando para eles, tinha a impressão de que eles já haviam sido destruídos há muito tempo;
- b) Eu dizia sobre os arranha-céus de Nova York que, olhando para eles, tinha a impressão de que eles já haviam sido destruídos há muito tempo;
- c) Eu dizia sobre os arranha-céus de Nova York, que, olhando para eles, tinha a impressão de que eles já haviam sido destruídos há muito tempo;
- d) Eu dizia sobre os arranha-céus de Nova York que, olhando para eles, tinha a impressão, de que eles já haviam sido destruídos há muito tempo;
- e) Eu dizia sobre os arranha-céus de Nova York que, olhando para eles, tinha a impressão de que eles já haviam sido destruídos, há muito tempo.

8 - Ao final de uma carta, o remetente escreveu a abreviatura P.S., seguida de uma informação para o destinatário. Essa abreviatura significa que:

- a) a informação dada é sigilosa e, por isso, não deve ser dita a ninguém;
- b) o remetente decidiu acrescentar algo ao que já havia sido escrito;
- c) o destinatário deve comunicar a informação às pessoas interessadas;
- d) a informação prestada ainda carece de confirmação;
- e) a informação dada será o motivo da próxima carta.

9 - Todos os latinismos abaixo transcritos fazem parte de nossa vida diária; o item em que o latinismo tem seu significado dado de forma INCORRETA é:

- a) *quorum* – o número dos quais é necessário;
- b) *habitat* – ambiente próprio onde viver;
- c) *superávit* – diferença entre o que se produziu e o que se consumiu;
- d) *in natura* – em estado natural;
- e) *vice versa* – em sentido oposto, ao contrário.

10 - Há poucos dias uma cidade de MG comemorou o seu **sesquicentenário**, ou seja, a idade de:

- a) 100 anos;
- b) 600 anos;
- c) 150 anos;
- d) 25 anos;
- e) 500 anos.

11 - A frase cuja forma está INADEQUADA é:

- a) O presente, eu o comprei;
- b) Os doentes, nós os visitamos;
- c) Aos doentes, nós lhes presenteadamos;
- d) O menino, eu lhe conheço;
- e) As meninas, eles as admiram.

12 - "PF prende 20 por desvio de R\$500 milhões em Manaus"; esta foi a manchete do jornal *O Globo* do dia 11 de agosto de 2004. A afirmação ERRADA sobre os elementos dessa manchete é:

- a) a palavra *desvio* é um eufemismo de *roubo*;
- b) a abreviatura PF corresponde a "Polícia Federal";
- c) a frase informa a razão da prisão feita pela PF;
- d) o segmento *em Manaus* tem duplo sentido;
- e) por clareza se deveria escrever *em reais* após "R\$500 milhões".

13 - Num teste de um programa de rádio, o locutor pergunta: "Quanto é a metade de dois mais dois?" O ouvinte responde "dois" e o locutor diz que a resposta certa é "três". A causa da confusão está:

- a) na possibilidade de dupla leitura da pergunta;
- b) na ambigüidade da palavra "metade";
- c) na ignorância do locutor;
- d) na ignorância do ouvinte;
- e) no desconhecimento do significado de "metade".

14 - No uso do hífen na grafia portuguesa, ensina Evanildo Bechara: "Usa-se o hífen nas palavras compostas em que os elementos, com a sua acentuação própria, não conservam, considerados isoladamente, a sua significação, mas o conjunto constitui uma unidade semântica" (*Moderna gramática portuguesa*, p. 75). Essa regra NÃO se aplica, portanto, em:

- a) água-marinha;
- b) segunda-feira;
- c) sub-oficial;
- d) amor-perfeito;
- e) pára-choque.

15 - As frases abaixo foram retiradas de uma reportagem de um jornal paulista; indique aquela que apresenta problemas de concordância, segundo a norma culta:

- a) os assaltantes preferem carros e motos modernas;
- b) os motoristas passam por estreitos becos e vielas;
- c) os automóveis com moderno farol e pára-brisa;
- d) os transeuntes passam por iluminados praça e largo;
- e) os muros do bairro são cinza e marrons.

16 - Entre as palavras abaixo, aquela que apresenta forma correta é:

- a) poleiro;
- b) impecilho;
- c) lampeão;
- d) mágua;
- e) cortume.

17 - A frase cuja estrutura NÃO está correta é:

- a) São lembranças de que jamais esqueci;
- b) São estes os documentos que tanto se discutia;
- c) Eis os quadros cujos pintores aprecio;
- d) São argumentos de que não se pode abrir mão;
- e) Eis os ideais a que aspiramos.

18 - A frase de construção EQUIVOCADA é:

- a) era perto de três horas da tarde;
- b) eram 25 de agosto;
- c) Neuzinha era as preocupações do pai;
- d) da cidade à ilha são dez quilômetros;
- e) era dez horas quando ela chegou.

19 - A frase abaixo que admite outra flexão do verbo é:

- a) V. Exa. é inteligente;
- b) O quadro ou os quadros foram vendidos;
- c) A maior parte dos operários decidiu sair;
- d) Precisa-se de mais empregos;
- e) Era uma vez dois irmãos bastante amigos.

20 - A frase que apresenta ERRO no emprego do verbo *fazer* é:

- a) Faz três anos que elas se casaram;
- b) Fazem-se muitos trabalhos apressadamente;
- c) Já deve fazer dois anos que chegamos;
- d) Vão fazer duas semanas que lá estive;
- e) Aqui faz invernos terríveis.

## ESPECÍFICA

21 - O orçamento do Município de Tigana está em processo de elaboração. Com relação aos prazos e condições pertinentes a tal processo, pode-se afirmar que:

- a) a elaboração do orçamento consiste em indexação do orçamento anteriormente executado pela inflação do período;
- b) cabe ao Poder Legislativo elaborar a proposta orçamentária;
- c) devem ser elaboradas duas propostas, cabendo ao Legislativo escolher a mais adequada à realidade do Município;
- d) a proposta elaborada deve abranger toda a Administração;
- e) a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101/00 - proíbe que o orçamento de um ano seja superior ao do exercício imediatamente anterior.

22 - Para efeito de liquidação de determinada despesa, é necessário verificar:

- a) a existência de sub-empenho;
- b) a efetivação do pagamento;
- c) a efetiva entrega do bem ou efetiva prestação do serviço;
- d) a existência de saldo orçamentário;
- e) a formalização de termo aditivo.

23 - Com base nas informações a seguir,

<b>Despesa Fixada</b>	-	<b>R\$ 230.000,00</b>
<b>Receita Arrecadada</b>	-	<b>R\$ 190.000,00</b>
<b>Déficit Orçamentário</b>	-	<b>R\$ 15.000,00</b>
<b>Despesa Paga</b>	-	<b>R\$ 100.000,00</b>
<b>Despesa Liquidada</b>	-	<b>R\$ 200.000,00</b>

conclui-se que:

- a) o total das despesas empenhadas corresponde a R\$ 230.000,00;
- b) a inscrição de Restos a Pagar Processados totalizou R\$ 100.000,00;
- c) a inscrição de Restos a Pagar não Processados corresponde a R\$ 30.000,00;
- d) o total das despesas empenhadas corresponde a R\$ 175.000,00;
- e) houve um excesso de arrecadação de R\$ 90.000,00.

24 - Constatou-se que determinada despesa do exercício anterior não foi processada na época própria, embora o orçamento então vigente houvesse consignado crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-la. Tal despesa pode ser atendida no presente exercício utilizando-se a:

- a) dotação de Despesas de Exercícios Anteriores;
- b) dotação de Reserva de Contingência;
- c) abertura de crédito adicional suplementar;
- d) abertura de crédito adicional especial;
- e) abertura de crédito adicional extraordinário.

25 - A Lei de Orçamento do Município de Mikonos concede autorização ao Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% do total do Orçamento. A esse respeito, pode-se afirmar que:

- a) a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação de dotação não deve ser considerada para efeito de verificação do atendimento de tal limite;
- b) tal autorização significa que o orçamento só pode ser modificado através de créditos adicionais suplementares;
- c) tal autorização é inconstitucional;
- d) exclui-se de tal percentual eventuais alterações decorrentes de excesso de arrecadação;
- e) as alterações orçamentárias com base em tal autorização devem se dar, portanto, em dotações orçamentárias já existentes.

26 - A inclusão de dispositivo na Lei de Orçamento de determinado Município instituindo nova taxa municipal fere o princípio orçamentário da (o):

- a) Anualidade;
- b) Exclusividade;
- c) Anterioridade;
- d) Unidade;
- e) Equilíbrio Orçamentário.

27 - Conforme Prestação de Contas elaborada pelo Município de Mikonos, verificou-se que os gastos com ensino corresponderam a 26,27% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências. Com relação a tal informação, é correto afirmar que:

- a) tal vinculação de recursos constitui-se em exceção ao princípio da não-vinculação de receita;
- b) em face da exigência constitucional de aplicação no ensino, tais gastos podem ser excluídos do orçamento;
- c) para efeito de cálculo da obediência ao dispositivo constitucional, consideram-se valores orçados;
- d) a Constituição Federal prevê limite de gastos máximos de 25% da receita de impostos, havendo, portanto, desrespeito ao dispositivo vigente;
- e) a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) exige que tais gastos sejam efetivados através de créditos especiais.

28 - Considera-se Receita Extra-Orçamentária:

- a) Inscrição da Dívida Ativa;
- b) Receita decorrente de alienação de bens;
- c) Consignação em folha de pagamento a favor de terceiros;
- d) Receita decorrente de contribuições econômicas;
- e) Receita Industrial.

29 - Com relação à classificação e contabilização de receitas e despesas extra-orçamentárias, pode-se afirmar que:

- a) as receitas e despesas extra-orçamentárias devem ser registradas somente no sistema compensado;
- b) o registro de uma receita extra-orçamentária requer em contrapartida o registro simultâneo de uma despesa extra-orçamentária;
- c) devem obrigatoriamente ser incluídas no orçamento do exercício subsequente;
- d) devem obedecer aos mesmos estágios das receitas e despesas orçamentárias;
- e) a arrecadação das receitas extra-orçamentárias independe de autorização legislativa.

30 - Com relação ao Sistema Orçamentário Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal, é facultativa;
- b) as emendas ao projeto de lei de orçamento somente devem tratar sobre despesas de custeio;
- c) a abertura de crédito extraordinário pode ser autorizada previamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) a despesa com pessoal ativo e inativo da União, Estados, Distrito Federal e Município está limitada a um percentual da receita conforme disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- e) o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não pode sofrer emendas por parte do Poder Legislativo.

31 - Uma das características da estrutura organizacional contábil governamental descentralizada é:

- a) existência de delegações técnica e administrativamente subordinadas a um núcleo central do sistema;
- b) expressiva economia nas despesas administrativas;
- c) cada órgão mantém seu próprio sistema contábil com todo o conjunto de livros e registros necessários para as análises setoriais e para a futura consolidação dos registros;
- d) maior garantia de uniformidade dos métodos contábeis adotados;
- e) maior eficiência quando adotada em entidades de pequeno porte.

32 - Os bens em almoxarifado, consoante o disposto na Lei Federal nº 4320/64, serão avaliados pelo:

- a) valor de aquisição, mantido o custo contábil deduzido do valor residual;
- b) valor de aquisição, corrigido monetariamente e depreciado de acordo com a vida útil dos bens;
- c) preço de aquisição, num regime PEPS (primeiro que entra é o primeiro que sai);
- d) preço de aquisição, num regime UEPS (último que entra é o primeiro que sai);
- e) preço médio ponderado das compras.

33 - NÃO constituem dedução do somatório de receitas correntes, para fim de apuração da Receita Corrente Líquida (RCL) no âmbito da União:

- a) as contribuições dos empregadores e dos empregados ao Sistema de Seguridade Social;
- b) as contribuições ao PIS e ao PASEP;
- c) as contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social;
- d) as receitas de valores mobiliários;
- e) as receitas provenientes da compensação financeira entre sistemas previdenciários.

34 - As contas Depósitos de Diversas Origens, Valores com Terceiros-Responsáveis por Adiantamentos, Dívida Fundada Externa e Créditos Extraordinários pertencem, respectivamente, aos sistemas contábeis:

- a) Financeiro, Compensação, Patrimonial e Orçamentário;
- b) Financeiro, Patrimonial, Compensação e Orçamentário;
- c) Patrimonial, Orçamentário, Financeiro e Compensação;
- d) Compensação, Patrimonial, Financeiro e Orçamentário;
- e) Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.

35 - Os lançamentos que registram corretamente a liquidação de R\$ 500 em despesas correntes com serviços de terceiros são:

a) No Sistema Financeiro  
 D – Despesa Liquidada a Pagar 500  
 C – Bancos 500

No Sistema Orçamentário  
 D – Despesa Realizada 500  
 C – Despesa Liquidada a Pagar 500

b) No Sistema Financeiro  
 D – Despesa Empenhada 500  
 C – Execução da Despesa 500

No Sistema Orçamentário  
 D – Despesa Realizada 500  
 C – Despesa Liquidada a Pagar 500

c) No Sistema Financeiro  
 D – Despesa Realizada 500  
 C – Despesa Liquidada a Pagar 500

No Sistema Orçamentário  
 D – Despesa Empenhada 500  
 C – Execução da Despesa 500

d) No Sistema Financeiro  
 D – Variações Passivas 500  
 C – Despesa Liquidada a Pagar 500

No Sistema Orçamentário  
 D – Despesa Empenhada 500  
 C – Execução da Despesa 500

e) No Sistema Financeiro  
 D – Despesa Realizada 500  
 C – Despesa Liquidada a Pagar 500

No Sistema Orçamentário  
 D – Créditos Disponíveis 500  
 C – Despesa Liquidada 500

36 - São características dos Fundos Especiais, definidos na Lei nº 4320/64, EXCETO:

- a) vinculação de suas receitas à realização de determinados objetivos ou serviços;
- b) possibilidade de vinculação de receitas de impostos à sua constituição;
- c) constituição por receitas específicas e especificadas, instituídas em lei;
- d) normas peculiares de aplicação de suas receitas;
- e) normas específicas para execução das despesas.

37 - Acerca do pagamento de despesas por meio do regime de Adiantamento, é correto afirmar que:

- a) a lei especificará o tipo de despesa que poderá ser paga por meio de adiantamento;
- b) o adiantamento para a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação dispensa o prévio empenho na dotação própria;

- c) o servidor em alcance só poderá receber adiantamento com autorização da Administração;
- d) não é permitido fazer adiantamento a funcionário que já seja responsável por um adiantamento anterior;
- e) caberá à Administração o julgamento da regularidade na aplicação dos recursos de adiantamento.

38 - Segundo o artigo 98 da Lei Federal nº 4320/64, a dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101/2000 -, também passaram a fazer parte da dívida fundada:

- a) os depósitos de terceiros, inclusive as consignações em folha;
- b) as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento;
- c) as operações de crédito por antecipação de receita;
- d) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- e) os serviços da dívida a pagar.

39 - Quando a Lei Orçamentária é aprovada tendo como a Receita Prevista o total de 100, o Contador deve efetuar o seguinte lançamento:

a)

D	Receita Prevista	100
C	Execução da Receita	100

b)

D	Execução da Receita	100
C	Receita Prevista	100

c)

D	Créditos Disponíveis	100
C	Receita Prevista	100

d)

D	Orçamento da Receita	100
C	Receita Prevista	100

e)

D	Receita Prevista	100
C	Orçamento da Receita	100

40 - O Balanço Financeiro caracteriza-se por demonstrar as receitas e as despesas orçamentárias, bem como:

- a) os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos do patrimônio do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte;
- b) os saldos do patrimônio do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte;
- c) os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte;
- d) os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte;
- e) os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária e das mutações patrimoniais, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

41 - O Contador elaborou um Balanço Patrimonial do final do exercício com as seguintes contas e seus respectivos valores.

Descrição	Unidade Monetária
Caixa	5
Bancos	20
Dívida Fundada Interna	10
Dívida Fundada Externa	20
Débitos de Tesouraria	5
Ativo Real Líquido do Exercício Anterior	25
Superavit apurado nas Demonstrações das Variações Patrimoniais	5
Bens Imóveis	20
Bens Móveis	10
Restos a Pagar	15
Almoxarifado	5
Bens de Natureza Industrial	20

Com base nessas informações, considerando os saldos no final do período, pode-se concluir que:

- a) a soma do Ativo Permanente totalizou 55;
- b) a soma do Ativo Total totalizou 85;
- c) o Passivo Financeiro totalizou 15;
- d) o Passivo Financeiro totalizou 50;
- e) o Passivo Permanente totalizou 35.

42 - Ao inscrever em Restos a Pagar não processados no valor de 1.000, referentes a uma compra de geladeira que até 31/12/X0 não havia sido recebido por uma Autarquia Federal, o Contador procedeu aos seguintes lançamentos nos sistemas financeiro e patrimonial, respectivamente:

a)

Sistema Financeiro

D	Bens a Incorporar	100
C	Variações Passivas	100

Sistema Patrimonial

D	Despesa Realizada – Despesa de Capital	100
C	Restos a Pagar – Despesa de Capital	100

b)

Sistema Financeiro

D	Bens a Incorporar	100
C	Variações Ativas	100

Sistema Patrimonial

D	Despesa Realizada – Despesa de Corrente	100
C	Restos a Pagar – Despesa Corrente	100

c)

Sistema Financeiro

D	Despesa Realizada – Despesa de Capital	100
C	Restos a Pagar – Despesa de Capital	100

Sistema Patrimonial

D	Bens a Incorporar	100
C	Variações Ativas	100

d)

Sistema Financeiro

D	Despesa Realizada – Despesa de Capital	100
C	Restos a Pagar – Despesa de Capital	100

Sistema Patrimonial

D	Bens a Incorporar	100
C	Variações Passivas	100

e)

Sistema Financeiro

D	Despesa Realizada – Despesa Corrente	100
C	Restos a Pagar – Despesa Corrente	100

Sistema Patrimonial

D	Bens a Incorporar	100
C	Variações Passivas	100

43 - A Contabilidade Pública fornece à administração:

- a) organização e execução dos orçamentos; normas para elaboração da demonstração de lucros ou prejuízos do exercício; normas para o registro dos desembolsos de despesas;
- b) organização e execução dos orçamentos; normas para o registro das entradas de receita; normas para o registro dos desembolsos de despesas;
- c) organização e execução dos balanços patrimoniais, orçamentários, financeiro e origens e aplicações dos recursos; normas para o registro das entradas de receita; normas para o registro dos desembolsos de despesas;
- d) organização e execução dos orçamentos; normas para o registro das Demonstrações de Resultados do Exercício; normas para a elaboração de notas explicativas as demonstrações contábeis do governo;
- e) organização e execução dos orçamentos; normas para o registro das entradas de receita; normas para o registro dos desembolsos de despesas; normas para elaboração do Demonstrativo do Fluxo de Caixa pelo método indireto.

44 - Observe os dois conceitos seguintes:

- I. Falhas de natureza formal de que não resulte dano ao Erário, porém evidenciando a não observância aos princípios de legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade.
- II. É caracterizada pela não observância dos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, constatando a existência de desfalque, alcance, desvio de bens resultando em prejuízo quantificável para o Erário.

Para fins de auditoria pública, as sentenças I e II referem-se respectivamente a:

- a) impropriedade e insubsistência ativa;
- b) impropriedade e irregularidade;
- c) impropriedade e insubsistência passiva;
- d) dolo e irregularidade;
- e) dolo e insubsistência ativa.

45 - As pessoas física ou jurídica, pública ou privada, sujeitam-se à atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal mediante os seguintes processos:

- a) Tomada de Contas e Prestação de Contas;
- b) Tomada de Contas e Prescrição de Contas;
- c) Tomada de Contas e Exame de Contas;
- d) Prescrição de Contas e Prestação de Contas;
- e) Prescrição de Contas e Exame de Contas.

46 - Em 31/01/X1, portanto 1 (um) mês após a data do fechamento do Balanço Patrimonial referente a 31/12/X0, uma falta de luz ocasionou a perda de todo o estoque de sangue do Hospital Plasma, registrado contabilmente pelo valor de R\$ 2.500.000,00. Parcela deste estoque havia sido adquirido em X0, estando registrado em 31/12/X0 por R\$ 2.000.000,00. O profissional pertencente aos quadros do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Federal estava encerrando, em 10/02/X1, seus trabalhos de auditoria, que tinham como finalidade opinar sobre a fidedignidade dos saldos registrados no Balanço Patrimonial do Hospital do Plasma, exercício encerrado em 31/12/X0. Em razão dos acontecimentos ocorridos em 31/01/X1, o citado profissional adotou o seguinte procedimento:

- a) solicitou à direção do Hospital que efetuasse ajuste de exercício anterior no Balanço Patrimonial de 31/12/X0 num total de R\$ 2.000.000,00;
- b) solicitou à direção do Hospital que procedesse ao lançamento de uma provisão para perdas de estoque de R\$ 2.000.000,00 no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/X0;
- c) fez constar como Ressalva o valor dos estoques registrados em 31/12/X0, uma vez que os mesmos estavam superavaliados em R\$ 2.000.000,00;
- d) reportou em seu certificado de auditoria a perda do estoque ocorrida em 31/01/X0 como evento subsequente ao encerramento do balanço;
- e) reportou em seu certificado de auditoria a perda do estoque como limitação de escopo aos seus trabalhos de auditoria.

47 - Da decisão do Tribunal de Contas da União proferida em processo de tomada ou prestação de contas, cabem recursos de:

- a) pedido de vista; embargos de declaração; revisão;
- b) pedido de vista; reconsideração; revisão;
- c) pedido de vista; embargos de declaração; reconsideração;
- d) reconsideração; trancamento; revisão;
- e) reconsideração; embargos de declaração; revisão.

48 - Cabe ao Tribunal de Contas da União proceder, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, de suas Casas ou das respectivas Comissões, à fiscalização:

- a) contábil, funcional, orçamentária, operacional e patrimonial;
- b) contábil, financeira, orçamentária, administrativa e patrimonial;
- c) contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
- d) gerencial, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
- e) gerencial, financeira, orçamentária, administrativa e patrimonial.

49 - Nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, a alienação de bens móveis da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, terá licitação dispensada no caso de:

- a) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo;
- b) doação em pagamento;
- c) investidura;
- d) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;
- e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.

50 - Considere as seguintes situações:

- I. Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
- II. Não acudiram interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não poderá ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- III. Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;
- IV. Contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei nº 8666/93, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

Nos termos do disposto na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que:

- a) as quatro situações admitem a dispensa de licitação;
- b) as quatro situações são casos de inexigibilidade de licitação;
- c) a licitação é dispensável nos casos I, II e IV e inexigível no caso III;
- d) a licitação é dispensável nos casos II e inexigível nos casos I, III e IV;
- e) a licitação é dispensável nos casos II e III e inexigível nos casos I e IV.



**Núcleo de Computação Eletrônica**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prédio do CCMN - Bloco C  
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - RJ  
Central de atendimento - (21) 2598-3333  
Internet: [www.nce.ufrj.br/concursos](http://www.nce.ufrj.br/concursos)